

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



VETERANOS

MCA 46-1

**MANUAL DE CONCEITUAÇÕES E DEFINIÇÕES EM
USO NO SAVPAR**

2022

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL**



VETERANOS

MCA 46-1

**MANUAL DE CONCEITUAÇÕES E DEFINIÇÕES EM
USO NO SAVPAR**

2022



**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**

PORTARIA DIRAP Nº 171/SPOG4, DE 14 DE SETEMBRO DE 2022.
Protocolo COMAER Nº 67410.023276/2022-29

Aprova a edição do Manual de
Conceituações e Definições em uso no
SAVPAR.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 10, inciso III, do Regulamento da Diretoria de Administração do Pessoal, aprovado pela Portaria nº 184/GC3, de 19 de novembro de 2021, publicada no BCA nº 214, de 24 de novembro de 2021, resolve :

Art. 1º Aprovar a edição do MCA 46-1 “Manual de Conceituações e Definições em uso no SAVPAR”, no âmbito do Comando da Aeronáutica.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Maj Brig Ar FERNANDO CÉSAR DA COSTA E SILVA BRAGA
Diretor de Administração do Pessoal

(Publicada no BCA nº 176, de 19 de setembro de 2022.)

SUMÁRIO

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	5
1.1 <u>FINALIDADE</u>	5
1.2 <u>COMPETÊNCIA</u>	5
1.3 <u>ÂMBITO</u>.....	5
2 DISPOSIÇÕES GERAIS	6
2.1 <u>CONCEITUAÇÕES E DEFINIÇÕES</u>.....	6
3 DISPOSIÇÕES FINAIS	16
REFERÊNCIAS	17

PREFÁCIO

Os estudos sobre o funcionamento das organizações foram os mais profícuos e que mais se desenvolveram no pós-guerra. O desenvolvimento tecnológico, a crescente e maciça produção industrial, bem como a explosão do segmento de serviços levaram as organizações a um quadro de competitividade, em que o atendimento das exigências de clientes, quanto ao valor e qualidade dos produtos disponibilizados, foi fundamental para definir as empresas mais aptas a sobreviver e crescer no mercado.

Entenda-se como item mais significativo do valor do produto a capacidade de satisfazer plenamente os desejos do consumidor e cliente, portanto não necessariamente o preço ofertado. Esta exigência de qualidade adequada à satisfação do cliente fundamenta toda a proposta de funcionalidade de um sistema para atender os objetivos de sua missão.

No Sistema de Assistência aos Veteranos e Pensionistas da Aeronáutica (SAVPAR) todos os operadores, atendentes, funcionários, veteranos e pensionistas são usuários e clientes. O SAVPAR deve atender a todos de modo a que os seus requisitos de qualidade sejam atendidos.

O primeiro passo para estabelecer uma cultura de sistema eficaz e efetivo em serviços, com a qualidade adequada à satisfação dos seus usuários e clientes, é a padronização das conceituações, das definições, dos termos, e dos procedimentos aplicados e em uso no SAVPAR. A partir desta padronização estrutura-se uma forte doutrina de qualidade no atendimento às demandas dos usuários e dos diversos tipos de clientes do Sistema de Assistência aos Veteranos e Pensionistas da Aeronáutica.

Portanto, este Manual tem por finalidade padronizar o entendimento das conceituações, das definições, dos termos, e dos procedimentos de uso corrente na aplicação do Processo de Habilitação de Pensão Militar, de Pensão Especial de Ex-Combatente, de Pensão Especial de Viúva, de Reparação Econômica, bem como nas Transferências e Reversão de Pensão Militar e respectivos assuntos conexos.

Esta padronização fundamentará o entendimento e a prática de cada ação, por todo o efetivo do SAVPAR, e que possibilitará a todos contribuir de maneira significativa para a melhoria dos processos.

Um objetivo importante deste manual é incorporar todos os aspectos teóricos de cada termo, conceituação e definição, de modo que os manuais específicos das diversas atividades do SAVPAR tenham o seu conteúdo voltado, o máximo possível, exclusivamente para orientar a execução das ações a que se propõe.

Está previsto que a próxima atualização do manual incluirá, em cada um dos seus termos, dos seus conceitos e de suas definições, a legislação que os ampara. Alguns "verbetes", contidos nesta proposta de manual, já apresentam a legislação que os fundamenta. Esta atualização, também, deverá acolher as primeiras sugestões de aprimoramento emitidas pelo efetivo do SAVPAR.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Padronizar o entendimento e uso dos conceitos, termos e definições em uso e aplicáveis nas atividades atribuídas ao SAVPAR.

1.2 COMPETÊNCIA

É da competência da Diretoria de Administração de Pessoal, Órgão Central do Sistema de Assistência aos Veteranos e Pensionistas do Comando da Aeronáutica (SAVPAR), por intermédio de sua Subdiretoria de Veteranos e Pensionistas o estabelecimento de normas, procedimentos e padrões relativos a assuntos de Pensão Militar.

1.3 ÂMBITO

Este Manual é de âmbito interno e de aplicação obrigatória em todas as Organizações do Comando da Aeronáutica quando no trato de assuntos relativos à Pensão Militar, Pensão Especial de Ex-Combatente, Pensão Especial de Viúva e Reparação Econômica Mensal Permanente e Continuada.

2.1 CONCEITUAÇÕES E DEFINIÇÕES

2.1.1 ADMINISTRAÇÃO NO COMANDO DA AERONÁUTICA (Administração no COMAER) – Gerência econômica, financeira e patrimonial dos bens e valores públicos a cargo das organizações do Comando da Aeronáutica, bem como a gerência dos recursos de pessoal civil e militar previstos em legislação pertinente.

2.1.2 AGENTE DELEGADO – É aquele que recebe delegação para realizar atos de gestão de competência de uma autoridade superior, conforme legislação específica.

2.1.3 AGENTE DE CONTROLE INTERNO – É o Agente da Administração especificamente designado para verificar, avaliar e supervisionar os atos e os fatos administrativos, em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência e eficácia.

2.1.4 AGENTE DA ADMINISTRAÇÃO – é todo indivíduo, militar ou civil, que, investido de atribuições e de responsabilidades definidas em ato próprio, realiza atividades administrativas de gestão orçamentária, financeira, contábil, patrimonial e de recursos humanos do COMAER.

2.1.5 ATO ADMINISTRATIVO – é toda manifestação unilateral de vontade da Administração Pública, que, agindo nesta qualidade, tenha por fim imediato adquirir, resguardar, transferir, modificar, extinguir ou declarar direitos, impor obrigações aos administrados ou a si própria, respeitados os princípios legais, tendo como requisitos necessários à sua formação: a competência, a finalidade, a forma, o motivo e o objeto.

2.1.6 AUTORIDADE COMPETENTE – Agente da Administração nomeado ou designado em normativo ou que receba delegação de competência da autoridade superior para a prática de atos de gestão.

2.1.7 BENEFICIÁRIO DA PENSÃO MILITAR – É todo aquele que foi cadastrado pelo militar, enquanto vivo e em acordo com a Ordem de Prioridade (Decreto 10.742/21), ou Ordem de Deferimento (original da Lei 3.765/60), ou, por força de decisões judiciais, ou, ainda, por Ato da Administração do COMAER, como habilitado a receber a Pensão Militar, após a morte deste instituidor.

2.1.8 CONTRIBUINTES DA PENSÃO MILITAR – São todos os militares na ativa, bem como os militares Veteranos e os Pensionistas da Pensão Militar.

São ainda contribuintes FACULTATIVOS (amparados pela Lei 3765/60):

- a) oficiais e praças retirados do efetivo militar antes de 29 dez 2000, nas seguintes condições:
 - o oficial demitido, a pedido, bem como a praça estabilizada, licenciada do serviço ativo antes de 29 dez 2000, que requereram e se obrigaram ao pagamento mensal das respectivas contribuições;
 - o oficial e a praça, Veteranos, antes de 29 dez 2000, por terem assumido cargo público, não eletivo, em caráter permanente, e tenham firmado opção por deixar de perceber os proventos na inatividade militar, em razão da impossibilidade legal da percepção de dois rendimentos oriundos dos cofres

públicos, desde que requereram e se obrigaram ao pagamento mensal das respectivas contribuições.

- b) oficiais e praças retirados do efetivo militar pós 29 dez 2000, nas seguintes condições:
 - o oficial demitido, a pedido, e a praça estabilizada, licenciada do serviço ativo após 29 dez 2000, contribuintes da parcela específica para a pensão, no valor de 1,5% das parcelas que compõem a remuneração ou proventos, desde que tenham requeridos e se obrigaram ao pagamento mensal das respectivas contribuições; e
 - o oficial e a praça, Veteranos, contribuintes da parcela específica para a pensão, no valor de 1,5% das parcelas que compõem a remuneração ou proventos que, após 29 dez 2000, ao assumirem cargo público, não eletivo, em caráter permanente, tenham firmado opção por deixarem de perceber os proventos na inatividade militar, em razão da impossibilidade legal da percepção de dois rendimentos oriundos dos cofres públicos, desde que tenham requeridos e se obrigaram ao pagamento mensal das respectivas contribuições.
- c) beneficiários da Pensão Militar por iniciativa própria – os indivíduos constantes das Declarações de Beneficiários dos militares, mencionados nas condições das subalíneas, da alínea “b”, podem em nome destes, caso eles não manifestem o interesse em continuar contribuindo para a pensão, requererem e se obrigarem ao pagamento mensal das respectivas contribuições, sem o prejuízo, no entanto, da obediência da ordem de preferência/prioridade, quando da concessão da pensão.

2.1.9 CONVIVENTE – Termo que designa, de maneira genérica, um companheiro em uma União Estável não formalizada de modo documental. Este termo só tem sentido prático para aplicação nos processos de Declaração de Beneficiários/Dependentes e/ou Habilitação de Pensão Militar, ou Habilitação de Reparação Econômica Continuada, ou, ainda de Habilitação de Pensão Especial de Ex-combatente, quando não existir fator impeditivo para caracterizar uma União Estável. As condições para inclusão de um Convivente nas Declarações de Beneficiários/Dependentes, seguindo os dispositivos das normas legais e orientações do SAVPAR, bem como, nos processos de Habilitação de Pensões/Reparação Econômica Continuada, qualificam, em termos práticos, o relacionamento entre os companheiros como uma União Estável.

2.1.9.1 A condição de ex-convivente precisa ser comprovada segundo critérios judiciais, sendo fundamental a existência de uma concessão individualizada de Pensão Alimentícia judicialmente arbitrada, devendo ser observada a integralidade da decisão judicial (§3º e incisos, §4º §5º, Art. 12, Decreto 10.742/21).

2.1.9.2 A Pensão Alimentícia é condição necessária para o Ex-Convivente constar da Declaração de Beneficiários/Dependentes (alínea “b”, inciso I, Art. 12, Decreto 10.742/21).

2.1.10 DECLARAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS – É o documento de caráter obrigatório, a ser produzido pelo militar, para registrar os seus beneficiários da Pensão Militar, seguindo uma ordem de prioridade (Decreto 10.742/21), ou Ordem de Deferimento (Original da Lei 3.765/60), de direitos para percepção deste benefício, nas condições previstas em lei. A Declaração de Beneficiários prevalecerá, salvo prova/decisões em contrário (decorrentes Decisões Judiciais ou da Administração do COMAER), para habilitação da Pensão, sendo fundamental para agilizar e formar consistência ao processo de concessão.

2.1.11 DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES PARA ATENDER BENEFICIÁRIOS DE TRANSFERÊNCIA DE REPARAÇÃO ECONÔMICA, BEM COMO BENEFICIÁRIOS DE REVERSÃO DA PENSÃO DE EX-COMBATENTE

2.1.11.1 É o documento a ser produzido pelo anistiado para registrar os seus dependentes, como beneficiários de transferência da Reparação Econômica de Caráter Indenizatório em Prestação Mensal Permanente Continuada, conforme previsto na Lei 10.559/2002 e demais dispositivos legais que tratam do assunto.

2.1.11.2 A Declaração de Dependentes também deve confeccionada pelo titular da Pensão de Ex-Combatente para designar os seus beneficiários de reversão, conforme previsto na Lei 8.059/90 e demais dispositivos legais.

2.1.12 DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA – é o ato administrativo pelo qual uma autoridade superior transfere competências, no todo ou em parte, a Agente da Administração, para assegurar maior rapidez, transparência e objetividade nas tomadas de decisões, adequando-as e situando-as na proximidade dos fatos, das pessoas ou dos problemas a atender. É a faculdade que tem a autoridade pública de atribuir a outrem, geralmente ocupante de cargo ou de função e de posto hierarquicamente inferior, a prática de atos originariamente de sua alçada, cujo ato de delegação indica com precisão a autoridade delegante, a autoridade delegada e as atribuições objeto de delegação.

2.1.13 DEPENDÊNCIA – O instituto da Dependência atende o Art 226 da Constituição Federal e no âmbito do COMAER está amparado e especificado pelo Art 50-A da Lei 6880/1980. Estas leis definem critérios para a concessão de benefícios, direitos, procedimentos e apoio diversos no âmbito do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, em especial nos processos de habilitação/transferência/reversão de Pensão Militar, bem como para as reversões nas legislações referentes à Pensão Especial de Ex-combatente e, por último, às transferências nos casos da Reparação de Prestação Mensal Permanente e Continuada, que trata de um valor pago ao anistiado político a título indenizatório. Há dois tipos conceituais para a classificação de dependentes e que implicam em exigências documentais que devem constar dos processos referentes às concessões dos benefícios de pensões e de Reparação Econômica. Estes dois tipos são denominados Dependência Presumida e Dependência Comprovada. Estão fundamentados no grau de parentesco/união e da dependência econômica, ambos em relação ao detentor do direito, que possibilitou a concessão da Pensão Militar, da Pensão de Ex-combatente ou da Reparação Econômica a seus beneficiários.

2.1.14 DEPENDÊNCIA PRESUMIDA – Dependência “presumida” é caracterizada quando é intrínseco o reconhecimento do grau de parentesco/união conjugal do requerente, em relação ao instituidor/titular do direito da Pensão Militar/Reparação Econômica, tendo por base um só documento, em acordo com a legislação, qualificando-o como detentor do direito à habilitação/transferência/reversão do benefício. Não sendo necessário comprovar dependência econômica, pois esta é implícita, ou seja, presumida.

2.1.15 DEPENDÊNCIA COMPROVADA – Dependência “comprovada” é caracterizada quando o requerente à habilitação/transferência/reversão, além do direito legal, por grau de parentesco ou união conjugal pretérita, deve comprovar a dependência econômica em relação ao instituidor/titular do direito à pensão/Reparação Econômica, conforme estabelecido na legislação.

2.1.16 DEPENDÊNCIA ECONÔMICA – De um modo resumido, para efeitos de aplicação no âmbito da proteção social dos militares, bem como da legislação de Pensão Especial de ex-combatente e a que atende a Reparação Econômica a anistiados, esta dependência caracteriza-se em uma situação em que a pessoa vive, efetivamente ou dedutivamente, mantida e sustentada por um instituidor/detentor do direito de gerar pensão.

2.1.16.1 A legislação que trata da Pensão Militar, bem como a que estabelece os direitos de Ex-combatentes, assim como a que aborda a matéria de Reparação Econômica a anistiados, estabelece o grau de parentesco e as condições de instituição dos dependentes que podem ser classificados como dependentes presumidos e dependentes econômicos.

2.1.16.2 A jurisprudência firmada na Resolução N° 23.361, de 13 de outubro de 2011, do Tribunal Superior Eleitoral, estabelece como teto de rendimentos, que define a possibilidade de dependência econômica, o valor de um salário mínimo.

2.1.16.3 A Decisão N° 792/98-TCU-Plenário, 11/111998, considera que a percepção de um salário mínimo descaracteriza a possibilidade de dependência econômica.

2.1.16.4 A DIRAP estabelece o limite de rendimentos de um salário mínimo para possibilitar a classificação de um dependente econômico.

2.1.16.5 O Decreto 10.651/21 considera como rendimentos a renda ou os proventos de qualquer natureza, inclusive salários, pensões, aluguéis, bolsas de estudos ou pesquisas que importem em contraprestação de serviços. São ainda definidos como rendimentos os ganhos de capital e as rendas consideradas tributáveis recebidas de pessoa física ou jurídica, conforme legislação do Imposto de Renda.

2.1.16.6 Este Decreto não considera rendimentos os valores recebidos de programas de assistência social custeados pela Fazenda Pública e as importâncias pagas a filhos ou enteados estudantes, nos seguintes termos:

- a) a título de auxílios, provenientes de estágios, e
- b) referentes a bolsas de estudo e de pesquisa, quando recebidas exclusivamente para realização de estudos ou pesquisas e desde que não importem a contraprestação de serviços.

2.1.17 DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO – Para fins de assuntos relativos à Pensão Militar, considera-se documento de identificação: Carteira Nacional de Habilitação; Carteira de Identidade; Carteira de Trabalho; Carteira Profissional; Passaporte ou Carteira de Identidade Funcional. Todos com foto atualizada, desde que permita o reconhecimento do requerente/ Beneficiário.

2.1.18 FICHA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL – (FIP) – FICHA DE INSTRUÇÃO PROCESSUAL – (FIP) – É o documento que consolida todas as informações cadastrais e pessoais relativas ao instituidor, bem como as do titular do direito a ser transmitido. É um documento base para a elaboração do TPM ou do TPPM.

2.1.18.1 Todas as pensões/reparação econômica originária, bem como a reversão de Pensão Militar, exigem a emissão de FIP para consolidar as informações constantes do processo.

2.1.18.2 Nos casos de Pensão Militar, a FIP consolida as informações do instituidor e dos beneficiários, necessárias à emissão do Título Provisório de Pensão Militar (TPPM) e do Título de Pensão Militar (TPM).

2.1.18.3 Nos processos de habilitação de Pensão Especial de Ex-combatentes, a FIP consolida as informações referentes ao Ex-combatente e seus dependentes, de modo a produzir o Título de Pensão Especial de Ex-combatente, não sendo emitido título provisório.

2.1.18.4 Para processos de habilitação à Reparação Econômica, as informações contidas na FIP tratam do anistiado e dos seus dependentes, de modo a possibilitar a geração do Título de Transferência de Reparação Econômica, não sendo emitido título provisório.

2.1.18.5 Quando tratar-se de Pensão Especial de Viúva, as informações prestam-se à produção do Título de Pensão Especial de Viúva, não sendo emitido título provisório.

2.1.18.6 A FIP é o documento fundamental para a geração do Número de Ordem, sendo este o código identificador e personalizador do sistema de pagamento de pessoal. O Número de Ordem é denominado Código SARAM, pelo Sistema de Saúde da Aeronáutica.

2.1.18.7 A FIP pode, ainda, conter uma folha adicional, gerada quando da abertura do campo “OBSERVAÇÕES”, constante da margem inferior esquerda das Telas empregadas na elaboração e instrução da FIP.

2.1.19 HABILITAÇÃO TARDIA – É a habilitação posterior de beneficiário não conhecido pela administração militar, à época do falecimento do contribuinte. Esta habilitação, cujo processo seja iniciado após o deferimento e execução da pensão a beneficiários devidamente habilitados, é feita com base em documento oficial ou em declaração de beneficiários. Somente produzirá efeito a partir da data do pedido de habilitação. Respeitada a prescrição quinquenal. Caso não existam beneficiários habilitados, até então, a vigência e os efeitos financeiros desta habilitação retroagem à data do óbito do instituidor.

2.1.20 HASH (FUNÇÃO/CÓDIGO HASH) – Função “hash” é qualquer algoritmo que mapeie dados/textos grandes e de tamanho variável, de modo a representá-lo em pequenos formatos de tamanho fixo. A principal aplicação dessas funções é a comparação de originais de dados grandes ou secretos com suas cópias produzidas ou transmitidas, de modo a garantir (ou não) a integridade comparativa entre a fonte e as reproduções. Sempre que aplicada esta função, por exemplo, sobre o mesmo documento eletrônico, será gerado o mesmo resumo, ou o mesmo “hash”, desde que este não tenha sofrido qualquer alteração. Assim, se o documento eletrônico for alterado, ainda que apenas uma vírgula, isto causará e obrigará a geração de um novo resumo ou “hash”. Portanto, a simples comparação dos valores dos “hashs” de dois documentos permite a validação ou não da autenticidade dos mesmos. Somente para documentos iguais têm-se “hashs” iguais.

2.1.21 INSTITUIDOR – Militar, cuja contribuição possibilitou instituir, em acordo com a legislação, os seus beneficiários da Pensão Militar. O termo “Instituidor” é formalizado e empregado para designar o militar contribuinte da Pensão Militar no Decreto 10.742/21 e na Lei 3765/60.

2.1.21.1 O titular de origem da Pensão Especial de Ex-Combatente, quando falecido, é designado, para efeitos de reversão: “Titular de Pensão-Tronco de Ex-Combatente”.

2.1.21.2 O titular da Reparação Econômica Mensal Permanente e Continuada, original, quando falecido, para efeitos de transferência, é designado: “Militar Anistiado Falecido”.

2.1.22 ORGANIZAÇÃO MILITAR (OM) – é a Organização do Comando da Aeronáutica (COMAER) que possui denominação oficial, regulamento, quadro de organização e quadro de cargos privativos próprios.

2.1.23 ORGANIZAÇÃO DE ORIGEM – É a definição da OM responsável pelo registro de efetivo e controle da situação legal do militar ou da Pensionista de Pensão Militar. A situação do militar, ou da Pensionista, ou ainda, do ex-militar, considerando a sua Organização de Origem, pode ser qualificada como:

- a) **servindo** – quando na ativa, ou veterano prestando Tarefa por Tempo Certo;
- b) **adido** – quando na ativa à disposição de Órgão fora da Força, ou quando em missão permanente no exterior;
- c) **vinculado** – quando veterano remunerado, ou quando pensionista de Pensão Militar, ou, ainda, quando pensionista de Pensão Especial de Viúva, ou de Pensão Especial de Ex-combatente, ou, por último, anistiado de Reparação Econômica Mensal Permanente e Continuada; e
- d) **jurisdicionado** – quando Contribuinte facultativo da Pensão Militar.

2.1.24 OM APOIADORAS – Também denominada Unidades Apoiadoras, são as Unidades Executoras do Comando da Aeronáutica, encarregadas de prover o apoio administrativo às Unidades sob sua esfera de responsabilidade, permitindo-lhes cumprir sua missão precípua.

2.1.25 OM APOIADAS – Também denominadas Unidades Apoiadas, são as Organizações da estrutura do Comando da Aeronáutica que estejam sediadas em área de jurisdição de outra, da qual receba apoio logístico. Normalmente, não possuem autonomia administrativa para realizar sua própria execução orçamentária, financeira e patrimonial.

2.1.26 PENSÃO DE ALIMENTOS – É o instituto legal que estabelece os valores financeiros necessários para garantir a prestação de alimentos a terceiros. Para fins de processo de habilitação à Pensão Militar, estas informações são fundamentais para inscrever no TPM o benefício concedido a ex-cônjuges, a ex-companheiros ou a ex-conviventes. Portanto, é importante o preenchimento destas pensões na Declaração de Beneficiário, bem como na FIP. Estas informações de pensão de alimentos também devem constar na Declaração de Dependentes de Ex-Combatentes, bem como na FIP que trata do processo de reversão desta Pensão Especial. A pensão de alimentos também deve constar da Declaração de Dependentes de militar titular de Reparação Econômica Mensal Permanente e Continuada e da respectiva FIP, nos casos de transferência.

2.1.26.1 A Pensão de Alimentos, via de regra, é fixada por sentença judicial, podendo ser, também, estabelecida consensualmente entre as partes, devendo, então, ser registrada de modo documental.

2.1.26.2 O benefício de Pensão de Alimentos é um indício de que possa existir uma dependência econômica, que é um item importante para os casos de possível concessão, também, seguindo a Ordem de Prioridade/Preferência, de casos de Pensão Militar, a pai, mãe, irmão órfão inválido, ou, ainda, a beneficiário instituído.

2.1.27 PENSIONISTA DE PENSÃO MILITAR (PEML) – É o beneficiário da Pensão Militar, que foi habilitado em um processo específico, e que foi avaliado e homologado (registrado) pelo Tribunal de Contas da União (TCU).

2.1.28 PENSIONISTA DE PENSÃO ALIMENTO/ALIMENTÍCIA (PODENDO TAMBÉM SER DENOMINADA “PENSIONADA”) – É o beneficiário de sentença judicial, ou de acordo consensual entre as partes, devidamente documentado, que estabelece critérios para definição de valores financeiros e conexos garantidores da prestação de alimentos a filhos, ex-cônjuges, ex-companheiros, ou, ainda, a outros, conforme estabelecido judicialmente.

2.1.29 PENSÃO MILITAR – A Pensão Militar é o instituto, componente do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas, responsável por amparar financeiramente os beneficiários do militar falecido ou extraviado, bem como aqueles caracterizados como instituidores, conforme critérios constantes no parágrafo 2.1.8 “CONTRIBUINTES DA PENSÃO MILITAR”, e será paga conforme legislação específica.

2.1.29.1 Pensão Militar – Classificação:

- a) **PENSÃO ORIGINÁRIA** – É aquela concedida aos primeiros beneficiários, após o falecimento do instituidor, declarados (podendo, também, ser estabelecida por decisão judicial, ou, ainda por ato da Administração) e habilitados, conforme a ordem de prioridade/preferência. O fato gerador da Pensão Militar, além do falecimento do instituidor, terá como equivalente a perda de posto ou patente; praça que foi expulso ou não relacionado como reservista, desde que contribuinte da pensão militar com mais dez anos de serviço; considerando, assim, todos os caracterizados como instituidores, conforme critérios constantes no parágrafo 2.1.8, “CONTRIBUINTES DA PENSÃO MILITAR”, ou o militar desaparecido/extraviado, sendo da ativa; ou, ainda, após declaração judicial de morte presumida, caso o desaparecido seja Veterano;
- b) **PENSÃO POR TRANSFERÊNCIA** – É aquela concedida ao beneficiário dentro da mesma ordem de prioridade ou de preferência (Art. 7º, Lei 3.765/60), por ocasião do falecimento, perda do direito do benefício (conforme previsto na legislação, Art. 23, Lei 3765/1960), ou, ainda, renúncia do pensionista no gozo do direito da Pensão Militar; e
- c) **PENSÃO POR REVERSÃO** – É aquela concedida ao beneficiário de ordem de prioridade imediata, à falta de outros na mesma ordem, ou de preferência (Lei 3.765/60), por ocasião do falecimento, ou perda do direito do benefício (conforme previsto na legislação, Art. 23, Lei 3765/1960), ou, ainda, renúncia do pensionista no gozo do direito da Pensão Militar.

2.1.30 PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE (LEI Nº 8.059, DE 4 JUL DE 1990) – É o benefício pecuniário pago mensalmente ao ex-combatente (Pensão Originária) ou, em caso de falecimento, a seus dependentes, em acordo com os dispositivos legais. Pode ser requerida a qualquer tempo. É da competência do Comando Militar, ao qual esteve vinculado o ex-combatente durante a Segunda Guerra Mundial, o processamento da pensão especial, desde a habilitação até o pagamento, inclusive nos casos de substituição a outra pensão ou reversão. Somente após o registro pelo Tribunal de Contas da União (TCU), o pagamento será considerado em caráter definitivo.

2.1.30.1 Tópicos importantes da Pensão Especial de Ex-combatente:

- a) reversão é a concessão da pensão especial aos dependentes do ex-combatente, por ocasião de seu óbito.
- b) a cota-parte da pensão dos dependentes se extingue: I - pela morte do pensionista; II - pelo casamento do pensionista; III - para o filho, filha, irmão e irmã, quando, não sendo inválidos, completam 21 anos de idade; IV - para o pensionista inválido, pela cessação da invalidez.
- c) a ocorrência de qualquer destes casos não acarreta a transferência da cota-parte aos demais dependentes.
- d) é assegurado o direito à pensão especial aos dependentes de ex-combatente falecido e não pensionista, observado o disposto na Lei nº 8.059/1990. Neste caso, a habilitação é considerada reversão.

2.1.31 PENSÃO ESPECIAL À VIÚVA – É o benefício pecuniário especial, na base do vencimento mensal do marido, à viúva do militar ou funcionário civil atacada de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave e que não tenha economia própria. A pensão será deferida a qualquer época, desde que constatada a moléstia. A pensão não é acumulável com quaisquer outros proventos recebidos dos cofres públicos. A invalidez da beneficiária será verificada mediante exame médico. A Pensão Especial à Viúva não prevê processos de Reversão ou Transferência.

2.1.32 PROCESSO DE HABILITAÇÃO À PENSÃO MILITAR – É o conjunto formado por Requerimentos das partes, candidatas a beneficiários da Pensão Militar, avalizados pela Declaração de Beneficiários do instituidor, ou, na falta desta, por documentos comprobatórios, e por procedimentos administrativos e/ou judiciais, que possibilitam a emissão dos Títulos de Pensão Militar.

2.1.33 PROCESSO DE HABILITAÇÃO E DE CONCESSÃO DE DIREITOS: À REPARAÇÃO ECONÔMICA MENSAL PERMANENTE E CONTINUADA; À PENSÃO ESPECIAL À VIÚVA; E À PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE – É o conjunto formado por requerimentos das partes, candidatas a: percepção de valores indenizatórios por Reparação Econômica Mensal Continuada, advindos de processos de anistia; ou à percepção de valores de Pensão Especial de Ex-Combatente; ou, ainda, de Pensão Especial de Viúva, todos fundamentados com documentos comprobatórios, e por procedimentos administrativos e/ou judiciais, que possibilitam a emissão dos Títulos específicos. Estes Títulos somente serão considerados definitivos, à exceção daqueles referentes à Reparação Econômica Mensal Permanente e Continuada, após a avaliação do Tribunal de Contas da União (TCU).

2.1.33.1 Os processos referentes à Reparação Econômica Mensal Permanente e Continuada não são submetidos à avaliação do TCU.

2.1.34 PROCESSO DE PENSÃO MILITAR – É a denominação genérica para o conjunto formado por documentos diversos, que tratam de assuntos específicos de interesse pessoal de pensionistas da Pensão Militar. Pode ser requerimento da parte, juntado à Declaração de Beneficiários, bem como outros documentos probatórios, ou, ainda, por decisões administrativas/judiciais, que propiciam a emissão de Título de Pensão Militar ou outras juntadas documentais que versem sobre revisões, renúncias ou outras especificidades do trato da Pensão Militar.

2.1.35 QUALIFICAÇÃO DE BENEFICIÁRIO – é a definição do grau de parentesco ou de afinidade de convivência do militar, que está inscrito na Declaração de Beneficiários, ou estabelecido por decisão judicial ou da Administração.

2.1.36 QUOTA-PARTE OU COTA-PARTE – É a parcela do valor da Pensão Militar, ou da Pensão de Ex-combatente, ou, ainda, da Reparação Econômica destinada a cada um dos beneficiários de um mesmo instituidor/detentor do direito, após a divisão entre todos, em conformidade com o estabelecido na legislação.

2.1.37 REPARAÇÃO ECONÔMICA MENSAL PERMANENTE E CONTINUADA – Trata-se de um valor pago ao anistiado político a título indenizatório. A Reparação Econômica pode ser paga em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada. O SAVPAR trata somente da Reparação de Prestação Mensal Permanente e Continuada. No caso de falecimento do anistiado político, o direito à reparação econômica transfere-se aos seus dependentes, observados os critérios fixados nos regimes jurídicos dos servidores civis e militares da União.

2.1.38 SAVPAR - Sistema de Assistência aos Veteranos e Pensionistas da Aeronáutica (SAVPAR), composto de Órgão Central e Órgãos Executivos. A Diretoria de Administração de Pessoal (DIRAP) é o Órgão Central do Sistema de Assistência aos Veteranos e Pensionistas da Aeronáutica. Os encargos do Órgão Central do SAVPAR são desenvolvidos pela Diretoria de Administração de Pessoal (DIRAP), por intermédio da Subdiretoria de Veteranos e Pensionistas (SDVP).

2.1.38.1 Os Órgãos Executivos estão localizados nas Organizações do Comando da Aeronáutica, constituídos na forma de Seções ou Subdivisões, conforme dispuser a Estrutura Regimental da Organização a que pertencerem, denominadas Seções/Subdivisões de Assistência a Veteranos e Pensionistas (SAVP).

2.1.39 TÍTULO DE PENSÃO MILITAR (TPM) – É o documento de registro formal, contendo as informações básicas de identificação do Pensionista de Pensão Militar, bem como os seus direitos financeiros. É o documento garantidor da inclusão do pensionista na folha de pagamento, seja em habilitação à pensão originária, ou, ainda, por reversão. O TPM é pautado nas informações contidas no Processo de Habilitação de Pensão, cujos dados essenciais para a sua emissão são consolidados na Ficha de Instrução Processual (FIP), que obrigatoriamente deve integrar o processo de habilitação à pensão militar. O TPM é o documento definitivo de formalização da Pensão Militar. Este é o documento encaminhado ao TCU para a homologação (registro) da Pensão Militar.

2.1.39.1 A transferência de Pensão Militar é formalizada em documento chamado Apostila de Pensão Militar (APM). A APM não é submetida à homologação (registro) do TCU.

2.1.40 TÍTULO PROVISÓRIO DE PENSÃO MILITAR (TPPM) – O Título Provisório de Pensão Militar (TPPM), à época da sua criação, foi o instrumento utilizado para sustentar uma maior celeridade ao processo de concessão da pensão, sendo, então, naquele momento, o único documento de registro formal, contendo as informações básicas de identificação do Pensionista de Pensão Militar, bem como os seus direitos financeiros, sendo, portanto, o garantidor da inclusão do pensionista na folha de pagamento, seja em habilitação à pensão originária, ou, ainda, por reversão. A implantação do Módulo Processo no SIGADAER reduziu a necessidade de utilização do TPPM, que passou a ser confeccionado somente em situações específicas. O TPPM é pautado nas informações contidas na Ficha de Instrução Processual (FIP), documento que obrigatoriamente deve integrar o processo de habilitação à pensão militar. O TPPM não é um documento válido para

homologação (registro) de Pensão Militar pelo TCU. O TPPM tem validade provisória até que seja confeccionado o TPM.

2.1.40 UNIÃO ESTÁVEL – É o reconhecimento legal da união entre um homem e uma mulher (observar a expansão e abrangência da jurisprudência), configurada na convivência pública, contínua e duradoura e estabelecida com o objetivo de constituir família (Art. 1723, Caput e parágrafos, Lei 10.406/2002), conforme o atendimento dos requisitos legais previstos (§7º, §8º e §9º, Art. 12, Decreto 10.742/21) ou, ainda de acordo com orientações contidas nas normas que tratam de habilitação de Pensões/Reparação Econômica de Caráter Indenizatório em prestação mensal e continuada ou de preenchimento de declaração de Beneficiários/Dependentes.

2.1.40.1 Para efeito prático nos processos de Declaração de Beneficiários ou Habilitação de Pensão Militar, ou Habilitação de Reparação Econômica Permanente e Continuada, ou, ainda de Habilitação Especial de Ex-combatente, a União Estável deve estar formalizada por documentos próprios previstos na legislação. Pode, ainda, ser estabelecida por um conjunto de documentos definidos pelo SAVPAR. Nenhum dos companheiros constituintes da União Estável pode estar na situação de casado, salvo se comprovado formalmente que a(s) pessoa(s) casada(s) se acha(m) separada(s) de fato ou judicialmente.

2.1.41 TRANSFERÊNCIA DE PENSÃO MILITAR OU REPARAÇÃO ECONÔMICA – Ver PENSÃO MILITAR POR TRANSFERÊNCIA (2.1.29.1) ou REPARAÇÃO ECONÔMICA MENSAL CONTINUADA (2.1.37).

2.1.42 UNIDADE ADMINISTRATIVA – Organização encarregada, por atos legais, da gerência de patrimônio e de recursos creditícios e financeiros a ela especificamente atribuídos.

2.1.43 VETERANO – No âmbito do COMAER, o termo “VETERANO” refere-se a todos os militares que se encontram na situação de inatividade, conforme estabelecido na DCA 11-127/2020.

3 DISPOSIÇÕES FINAIS

3.1 Os casos não previstos nesse Manual serão submetidos ao Diretor de Administração do Pessoal e serão tratados sob a rigorosa observância das legislações em vigor.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Diretriz de efetivação do termo “Veterano” no âmbito do Comando da Aeronáutica: **DCA 11-127**. Brasília, DF, 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica Diretoria de Administração do Pessoal. Funcionamento do Sistema de Assistência aos veteranos e pensionistas da Aeronáutica (SAVPAR): **NSCA 47-1**, Rio de Janeiro, RJ, 2020.

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior da Aeronáutica. Glossário da Aeronáutica: **MCA 10-4**. Brasília, DF, 2020

BRASIL. Comando da Aeronáutica. Secretaria de Economia, Finanças e Administração da Aeronáutica. Manual Eletrônico de Conceituações: RADA-e. Brasília, DF, 2021

BRASIL. Ministério da Defesa. Portaria Normativa nº 51/MD, de 21 de dezembro de 2017. Aprova, no âmbito do Ministério da Defesa, as instruções reguladoras para a atualização cadastral anual para prova de vida de militares inativos, pensionistas de militares, militares anistiados políticos e dependentes habilitados, conforme dispõe o Decreto nº 7.862, de 8 de dezembro de 2012. Brasília, DF, 2017.

BRASIL. Decreto 10.742, de 5 de julho de 2021 - Regulamenta a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, que dispõe sobre as pensões militares. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 6 jul. 2021.

BRASIL. Decreto 4.307, de 18 de julho de 2002 - Regulamenta a Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, que dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e 6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. . *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 19 jul. 2002.

BRASIL. Lei 3.765, de 04 de maio de 1960 - Dispõe sobre as Pensões Militares. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 4 maio 1960.

BRASIL Lei 6.880, de 09 de dezembro de 1980 – Dispõe sobre o Estatuto dos Militares. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 11 dez. 1980.

BRASIL. Lei nº 13.954, de 16 de dezembro de 2019 - Altera a Lei nº 6.880, de 9 de dezembro de 1980 (Estatuto dos Militares), a Lei nº 3.765, de 4 de maio de 1960, a Lei nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 (Lei do Serviço Militar), a Lei nº 5.821, de 10 de novembro de 1972, a Lei nº 12.705, de 8 de agosto de 2012, e o Decreto-Lei nº 667, de 2 de julho de 1969, para reestruturar a carreira militar e dispor sobre o Sistema de Proteção Social dos Militares; revoga dispositivos e anexos da Medida Provisória nº 2.215-10, de 31 de agosto de 2001, e da Lei nº 11.784, de 22 de setembro de 2008; e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 17 dez. 2019.

BRASIL. Medida Provisória 2.215-10, de 31 de agosto de 2001 - Dispõe sobre a reestruturação da remuneração dos militares das Forças Armadas, altera as Leis nºs 3.765, de 4 de maio de 1960, e

6.880, de 9 de dezembro de 1980, e dá outras providências. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 1º set. 2001.

BRASIL. Lei 10.559, de 13 de novembro de 2002 - Regulamenta o art. 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências (Anistiados). *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 14 nov. 2002.

BRASIL. Lei 5.315, de 12 de setembro de 1967 - Regulamenta o art. 178 da Constituição do Brasil, que dispõe sobre os ex-combatentes da 2ª Guerra Mundial. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 15 nov. 1967.

BRASIL Lei 8.509, de 04 de julho de 1990 - Dispõe sobre a pensão especial devida aos ex-combatentes da Segunda Guerra Mundial e a seus dependentes. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 5 jul. 1990.

BRASIL. Lei nº 3.738, de 4 de abril de 1960 - Assegura pensão especial à viúva de militar ou funcionário civil atacada de tuberculose ativa, alienação mental, neoplasia maligna, cegueira, lepra, paralisia ou cardiopatia grave. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 4 abr. 1960.

BRASIL. Lei 10.406, de 10 janeiro de 2002 - Institui o Código Civil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 11 jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 - Código de Processo Civil. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 17 mar. 2015.

BRASIL. Lei 8.971, de 29 de dezembro de 1980 e suas alterações – Regulamenta o direito dos companheiros a alimentos e à sucessão. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 30 dez. 1994.

BRASIL. Lei 9.278, de 10 de maio de 1996 - Regulamenta o § 3º do Art. 226 da Constituição Federal que trata do reconhecimento da união estável entre o homem e a mulher como entidade familiar. *Diário Oficial da República Federativa do Brasil*, 13 maio. 1996.

_____. Resolução nº 35 do CNJ, de 24 de abril de 2007, Disciplina a aplicação da Lei nº 11.441/07 pelos serviços notariais e de registro “lavratura da escritura pública de separação ou divórcio consensuais, na via administrativa, por intermédio de tabelionato”. Brasília, DF.

_____. Tribunal de Contas da União. Acórdão 907/2008 – Primeira Câmara. Dispõe sobre o direito à Pensão Militar pelo menor sob guarda, somente na hipótese de absoluta incapacidade dos pais biológicos de proverem os meios de subsistência do filho. Brasília, DF.

_____. Tribunal de Contas da União. Acórdão 1155/2006 – Plenário. Dispõe sobre o direito do “filho maior inválido”, à Pensão Militar. Brasília, DF.

_____. Tribunal de Contas da União. Acórdãos 3044/2004 – Primeira Câmara, e 2099/2006 – Segunda Câmara – Dispõem sobre a ilegalidade da inclusão na Declaração de Beneficiários, na qualidade de Beneficiário Instituído ou de Pessoa Designada, menores de 21 anos, de beneficiários que possuem outro grau de parentesco com o declarante, além de a responsabilidade de manutenção dos filhos menores ser competência, principalmente, dos pais, quando comprovado que possuem condições de fazê-lo. Brasília, DF.

_____. Tribunal de Contas da União. Decisão nº 792/1998 – Plenário. Dispõe sobre a comprovação de dependência econômica. Brasília, DF.

_____. Tribunal de Contas da União. Súmula nº 27. Dispõe sobre direitos de “netos órfãos de pai e mãe”, à Pensão Militar. Brasília, DF.